



## **MEMÓRIAS RESISTENTES. O CASO COBRASMA E A MEMÓRIA SOCIAL NA REPRESSÃO À TRABALHADORES NA DITADURA MILITAR.1964-1985<sup>1</sup>**

Claudia Moraes de Souza<sup>1</sup><sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo toma como tema o estudo da construção da memória social e da resistência política de operários, sindicalistas e seus familiares, vitimados pela ditadura militar, no contexto de colaboração entre a empresa - a Companhia Brasileira de Material Ferroviário (COBRASMA) - e a repressão aos trabalhadores. Provocamos o debate entre as funções da memória social - promovida por ações de resgate da memória e luta por reparação e justiça – e, a sedimentação de políticas de esquecimento e silenciamento emitidas por poderes políticos e econômicos dominantes. Nos estudos do caso COBRASMA, investigamos as diversas formas de colaboração entre uma das maiores empresas metalúrgicas do Brasil e a ditadura militar. Atingimos objetivos de conhecimento e informações relativos à presença da empresa COBRASMA, em atos de solicitação da repressão aos trabalhadores da Greve Operária de 1968 em Osasco, da colaboração com aparelhos da repressão, da perseguição política de operários grevistas e sindicalistas no mercado de trabalho, além de encontrarmos atos de financiamento de organismos repressivos e de desestabilização política – como a OBAN – e, a presença e atuação política em organismos de propaganda ideológica, desestabilização política e mobilização empresarial a favor do Golpe de 1964, como o IPES e o GPMI. Em um exercício metodológico que envolveu a pesquisa histórica em arquivos e acervos institucionais mesclamos - a pesquisa em fontes escritas ao uso da metodologia da história oral - buscando, para além de dados e informações que atestassem o conjunto de hipóteses investigadas, a possibilidade de revelar o conjunto de memórias construídas pelos operários, sindicalistas e seus familiares afetados.

### **Palavras-chave**

---

<sup>1</sup> Trabalho resulta de pesquisa acadêmica coletiva “Empresas e Ditaduras: O Caso Cobrasma e a repressão aos trabalhadores de Osasco”. O trabalho foi realizado com financiamento e apoio do Caaf/Unifesp.

<sup>2</sup> Historiadora, Professora Doutora Adjunta do departamento multidisciplinar da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: [claudia.moraes@unifesp.br](mailto:claudia.moraes@unifesp.br).



Memoria Social; História oral; Banco de histórias; Testemunho; Justiça de Transição

## **Introdução**

Na proposição de Paul Thompson, a história oral é uma interpretação da história das sociedades, das experiências sociais e da cultura – sendo um tipo de história - que elege como centralidade a fala. Na trajetória da História Oral, as notas escritas de entrevistas foram superadas pelo registro em áudio (fita cassete) anunciando uma nova história, que nascia da tecnologia da gravação em áudio portátil – tendo passado o gravador a ser um companheiro constante de historiadores desprovidos dos preconceitos tradicionais e estimulados a percorrerem ruas, espaços públicos, moradias de bairros distantes, com seus aparelhos e fitas cassetes, nos idos dos anos de 1960 e 1970.

A defesa da oralidade como fonte, afirma o potencial que tem a história oral de revelar, amplificar e multiplicar vozes dos sujeitos trazendo à tona formas variadas do vivido na sociedade, em especial de grupos subalternos.

A história oral tem sido um instrumento de construção da história e de memórias diversas, tem estimulado trajetórias para realização de uma história múltipla e plural, a partir do entendimento de que toda a pessoa tem uma história a ser valorizada socialmente, toda pessoa pode contar e refletir acerca de sua história pessoal, assim como, a história de cada pessoa constitui-se em patrimônio histórico-cultural de um povo, uma nação, uma etnia.

Na tentativa de traçar caminhos em busca da pluralidade e diversidade na narrativa histórica – não apenas a presença da oralidade, mas também, a presença da imagem torna-se um imperativo contemporâneo. Novos desafios se colocam, um dos desafios centrais é o de incorporar o oral e o imagético na produção do conhecimento, na prática da pesquisa, na produção da história científica e na promoção de memória social.

A História Oral (HO) se constituiu como um referencial teórico-metodológico da pesquisa “ Empresas e Ditaduras: O Caso Cobrasma na repressão à trabalhadores na ditadura militar.1964-1985” e nossa opção decorreu de princípios e preceitos fundantes do método, quais sejam: o reconhecimento do papel central da memória coletiva no estabelecimento de narrativas acerca do passado comum; o registro das vozes de sujeitos excluídos e/ou subsumidos pela história oficial, e, principalmente, em nosso caso, o sentido testemunhal dado as entrevistas realizadas.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> THOMPSON, Paul. A voz do passado – História Oral. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.



### Preceitos teórico-conceituais da investigação

Como desafio em pesquisas histórico-institucionais e/ou em pesquisas que envolvem a história empresarial, a história das organizações e a história do trabalho - confrontamos discursos, versões e memórias que se contradizem - na medida em que, organizações empresariais de grande porte, como, por exemplo, a Volkswagen e/ou a Cobrasma, produzem socialmente memórias e versões históricas acerca de eventos do passado voltadas a beneficiar a imagem e a reputação empresarial. Assim como, organizações sindicais e de trabalhadores, do mesmo modo, podem elaborar discursos uníssonos acerca de suas experiências<sup>4</sup>.

Deste modo, consideramos uma certa tensão entre a historiografia acadêmica e seus compromissos científicos e a história empresarial/de organizações, que, segundo Mendes, ratificam a necessidade explicativa dos percursos de organizações e seus agentes, a partir de uma investigação crítica que articule a vida das empresas/organizações à história política e social do país<sup>5</sup>. Optamos por adotar neste trabalho os pressupostos teóricos da atual historiografia brasileira em seus esforços reveladores da dinâmica das organizações empresariais e suas inter-relações com o Estado e com governos específicos – colocando em voga – as relações entre o empresariado nacional e a ditadura empresarial-militar instalada em 1964<sup>6</sup>. No tema – empresas e ditadura – figurou-nos claramente a necessidade em confrontar um passado pretendido da história da empresa com a história política do Brasil, que já explicitou os vínculos estabelecidos entre o empresariado nacional e os militares na concepção, planejamento, financiamento, apoio e atuação de aparatos de repressão social e política.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> KISIL MARINO, I. História sob encomenda: comentários sobre a historiografia empresarial sob contrato no Brasil. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 37, p. 171–200, 2022. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1806>. Acesso em: 9 fev. 2023.

<sup>5</sup>MENDES, José Amado. História Empresarial: da monografia apologética ao instrumento de gestão estratégica. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 279-296, 2010.

<sup>6</sup> No Brasil, segundo Pedro Campos, amplia-se a produção historiográfica acerca do tema Empresas e Ditadura, reitera-se o fato de que René Armand Dreifuss inaugurou esse campo de estudos, e que, a ele seguiu-se uma produção de fôlego como a de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Maria Antonieta Leopoldi, até os dias atuais. Ver detalhes em CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia*. **Sillogés**, v. 3, n. 1, p. 15-42, 2020. Disponível em: <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/103>

<sup>7</sup> DREYFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.



Nesta linha de raciocínio, articulamos também, nossa investigação (sobre ações do complexo empresarial-militar brasileiro) à linha teórico-conceitual da história social do trabalho, destacando suas interfaces com os temas da experiência social dos sujeitos do trabalho, sua identidade e memória social. Destacamos, ainda, os preceitos do direito à memória, verdade e justiça, presentes nos construtos da justiça de transição e direito à reparação que nos nortearam na pesquisa.

No que tange à história social do trabalho, desde E.Hobsbawm e E.P. Thompson, disseminaram-se estudos sobre o mundo do trabalho na perspectiva de uma história das experiências vividas por pessoas comuns, enfatizando suas organizações políticas, ideias enraizadas no cotidiano e práticas socioculturais. Deste “lugar” - nos fundamentos científicos de uma “história vista a partir de baixo” - abre-se a perspectiva do estudo de um campo popular e sua experiência política, que informa nossa primeira **hipótese conceitual**, a de que: A história social do trabalho pode nos conduzir ao encontro de chaves teóricas para a compreensão da história dos agentes sociais e políticos que viveram o impacto da violência da repressão - no trabalho, na vida social e no território - e, que, como força política que ocupou lugar no interior das fábricas, tem o poder de testemunhar a repressão imprimindo demandas, ainda não realizadas ao processo democrático por uma transição incompleta.

Propomos a intersecção da pesquisa em história social do trabalho com as categorias conceituais da memória, verdade e reparação e, portanto em a história oral - almejando a recomposição de violações de direitos, através da coleta e análise de provas documentais, assim como pelo compartilhamento de narrativas (metodologia da história oral) que permitam a reflexão crítica sobre o passado que precisa ser abordado sob desígnios democráticos. A ênfase foi estabelecida a partir da justiça de transição e busca da responsabilização de agentes empresariais pelos crimes cometidos durante a ditadura no Brasil.

Direcionamos a pesquisa histórica a uma ação pública (adotando também preceitos da História Pública)<sup>8</sup>, em que, cada vez mais, os resultados da investigação científica de

---

<sup>8</sup> A história pública surgiu como um campo de trabalho para historiadores talhados nos escritos de Robert Kelley, um historiador estadunidense responsável pela criação do primeiro programa de história pública de que se tem notícia, na Universidade da Califórnia, Santa Barbara, em 1976. Nesta esteira surgiram, atualmente, as proposições da história pública que superaram preceitos passados da publicização da história ao público não acadêmico e passou a definir objetivos para a produção da história com o público, atendendo as demandas do espaço público, produzir políticas públicas, produzir história com o seu público. SANTHIAGO, Ricardo. "A História Pública é a Institucionalização de um Espírito que Muitos Historiadores Têm Tido, Por Milhares De Anos" - Uma Entrevista com David King Dunaway Sobre História Oral, História Pública e o Passado Nas



historiadores e pesquisadores das ciências sociais tenham propriedade informativa e de construção da verdade em processos transicionais. Como agentes sociais e produtores de fontes documentais, análises científicas, assim como promotores da memória social. Neste trabalho tivemos consciência de poder contribuir com a restituição de eventos e fatos necessários para a visibilização de mecanismos da repressão política brasileira – 1964/1985 – junto à população civil e ao mundo do trabalho e que envolveu o governo militar e o empresariado nacional. Nosso processo de pesquisa promoveu a escuta pública; a investigação documental profunda em fontes primárias, a iniciativa em coleta e preservação documental, o registro, a divulgação e difusão da memória e da verdade sobre as relações empresariais junto ao poder militar na ditadura brasileira.

### **O Método e Protocolos de Ação da HO**

Na produção das entrevistas para a investigação das relações de cumplicidade e colaboração da Empresa Cobrasma e a Ditadura civil-militar respeitamos o protocolo de ação informado pelo método da história oral, que elege três procedimentos essenciais: a questão ética, critérios na formação da rede de entrevistados e a observação de metodologia padronizada na condução da entrevista em si. Enumeramos conjuntos tipificados de entrevistas de acordo com os interesses do tema de nossa investigação: trabalhadores da Cobrasma e Braseixos no período delimitado pela pesquisa; trabalhadores pertencentes ao movimento sindical e/ou organizações atuam/atuaram nestas atividades no período relativo à pesquisa; familiares de trabalhadores e/ou sindicalistas da Cobrasma e Braseixos; por fim, entidades associativas, sindicatos e movimentos sociais representantes da sociedade civil em geral, envolvidas em eventos como a Greve de 1968 em Osasco.

Após a tipificação executamos 10 entrevistas utilizando da metodologia “bola de neve” que, iniciada com um primeiro entrevistado-chave, desdobra-se em um conjunto de outros entrevistados a partir de indicações/sugestões e informações do entrevistado inicial. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas que permitem uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado. Na



elaboração e adequação do roteiro de entrevista consideramos a experiência do entrevistado e informações prévias sobre o tema.

No que diz respeito ao conteúdo, as entrevistas abordaram: as experiências de trabalho do entrevistado; levantamento de casos de violação dos direitos; rotina de trabalho na fábrica; envolvimento sindical; casos de abuso/violência policial, protocolos de ações da empresa relativos aos trabalhadores; greve de 1968 e greve de 1978; vida dos familiares envolvidos.

As entrevistas foram gravadas em audiovisual e editadas para que seja ampliado o poder de registro e captação de elementos de comunicação de extrema importância, pausas de reflexão, dúvidas ou entonação da voz, aprimorando a compreensão da narrativa e as possibilidades da produção científica e acadêmica – indo do texto escrito à produção de um banco de entrevistas em história oral. Esta metodologia demanda, antes da gravação, todo um trabalho prévio técnico de domínio da tecnologia audiovisual - sugerindo um trabalho em tecnologia social da memória - que tem apresentado potencialidades de produção em memória social voltada à justiça de transição e seus preceitos de direito à memória e à verdade.

Nossa pretensão com a produção de entrevistas em história oral foi a de utilizar essa metodologia como ferramenta propícia em revelar a história e a memória – trazendo aos dados e informações produzidas – elementos de verdade factual vivenciados por indivíduos – assim como, memórias coletivas e percepções subjetivas resultantes das experiências vividas no contexto da vida social em Osasco e do trabalho na Cobrasma, entre os anos de 1964/1985. Tomamos as fontes orais como material empírico de acesso às experiências políticas, sociais e culturais – reconhecendo a complexidade e o dinamismo da construção das memórias individuais e coletivas, principalmente naquilo que relaciona a memória aos usos do passado<sup>9</sup>. Essa opção pela HO advém do potencial epistemológico da metodologia que enfatiza (além da escuta e da valorização de sujeitos silenciados) a importância e o significado da oralidade na expressão de sujeitos das classes populares, sua identidade cultural e o testemunho de suas experiências sociais.

Desta forma, como questão teórico-metodológica: reconhecemos na história oral um potencial epistêmico “*El potencial epistemológico de la historia oral*”, termo elaborado por

---

<sup>9</sup> RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado - Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Unb, 2007.



Silvia Rivera Cusicanqui (1987)<sup>10</sup> - que define a HO como um tipo específico de história – baseada na oralidade, e, comprometida com cânones de um conhecimento decolonial, que reconhece as potencialidades de múltiplas culturas (subsumidas pela episteme colonizadora ou pela razão indolente). A possibilidade de escutar e registrar essas culturas (as culturas populares, indígenas e ancestrais) demanda o reconhecimento de seus preceitos fundantes - informados pela palavra (oralidade), pela experiência e pela memória social - não necessariamente registrados em documentos escritos e usualmente não-reconhecidos oficialmente por estruturas institucionais.

Tratamos da memória testemunhal como uma forma de narrativa da história pessoal de vida estabelecida pelo testemunho de uma experiência marcada por violência ou sofrimento. Para Sebe Bom Meihy (MEIHY, 2010), em contextos de tragédias coletivas, na narrativa dos exílios, confinamentos, catástrofes, processos de deslocamentos e tragédias diversas surgiram espaços reveladores para o entendimento destas experiências - que é um verdadeiro gênero da história – a história testemunhal. Um gênero que permite escutar a experiência de sujeitos que vítimas de circunstâncias traumáticas qualificam e/ou requalificam suas identidades e abrem perspectivas para os estabelecimentos de políticas públicas de reparação. Destacamos ainda, que o autor, propõe a escuta de múltiplos sujeitos em múltiplas experiências de violência e catástrofes – como por exemplo enchentes, terremotos, construção de barragens, inundações etc., - gerando testemunhos para a política pública de caráter democrático e participativo.

Todos aqueles que se dispõem a falar sobre suas experiências traumáticas ou sobre sua vida pessoal de maneira pública e aberta através do testemunho – constroem seu retrato expressivo e pessoal através de sua memória – memória construída historicamente na reunião de elementos dispersos das lembranças, esquecimentos, identificações coletivas e individualidades. Uma dinâmica de emoção e razão, esquecimento e lembrança se embatem gerando um testemunho marcado por intencionalidades e pelo tempo presente.

Nossa pretensão com a produção de entrevistas em história oral foi a de utilizar essa metodologia como ferramenta propícia em revelar a história e a memória – trazendo aos dados e informações produzidas – elementos de verdade factual vivenciados por indivíduos – assim como, memórias coletivas e percepções subjetivas resultantes das experiências vividas

---

<sup>10</sup> RIVERA CUSICANQUI, Silvia. El Potencial Epistemológico de la Historia Oral: de la Lógica instrumental a la descolonización de la Historia. In Teoria Crítica dos Direitos Humanos no Século XXI. Org. Alejandro Rosilo Martinez. Rio Grande do Sul, EDIPUCRS, 2008.



no contexto da vida social em Osasco e do trabalho na Cobrasma, entre os anos de 1964/1985. Tomamos as fontes orais como material empírico de acesso às experiências políticas, sociais e culturais – reconhecendo a complexidade e o dinamismo da construção das memórias individuais e coletivas, principalmente naquilo que relaciona a memória aos usos do passado<sup>11</sup>. Essa opção pela HO advém do potencial epistemológico da metodologia que enfatiza (além da escuta e da valorização de sujeitos silenciados) a importância e o significado da oralidade na expressão de sujeitos das classes populares, sua identidade cultural e o testemunho de suas experiências sociais.

Durante o processo da pesquisa trabalhamos as entrevistas com o objetivo de constituir - os elementos necessários à provas documentais sobre o processo de violações vivenciadas por trabalhadores da Cobrasma, assim como nos preocupamos com o registro documental dos testemunhos para a posteridade organizando um verdadeiro acervo digital de documentos orais que testemunharam essas violações. Este acervo - que denominamos Banco de Histórias - reúne testemunhos de trabalhadores de familiares de sindicalistas que ao se engajarem na luta por direitos do trabalho e na defesa dos direitos humanos em Osasco acabaram por se tornar vítimas de violações de direitos no contexto da associação empresarial com a repressão ditatorial na região.

As entrevistas foram realizadas na modalidade história de vida propondo ao colaborador que iniciasse seu testemunho a partir de sua história pessoal, de sua história no trabalho e na cidade de Osasco e, posteriormente de seus embates por direitos do trabalho, suas atividades da militância sindical, ou memos sua experiência profissional durante o período de trabalho na Cobrasma/Braseixos durante a ditadura civil militar Brasileira.

Podemos tipificar os entrevistados em –trabalhadores da Cobrasma/Braseixos; familiares e trabalhadores/sindicalistas o que nos permite perceber diferentes processos de construção de memória acerca do período e acerca das diferentes experiências na empresa e na cidade de Osasco, assim como diferentes e conflitantes visões sobre fatos e temas – revelando o que os historiadores denominam “disputas pela memória”. Neste conjunto de memórias resistentes e em disputa aflora a diversidade de vivências e lembranças em torno do processo de organização do trabalhadores, dos fatos relativos a greve de 1968 e a greve de

---

<sup>11</sup> RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado - Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Unb, 2007.



1978, assim como múltiplas visões das consequências das ações repressivas do Estado e também da empresa entre os anos de 1960 e 1980.

Algo que gostaríamos de considerar a respeito da história oral e seu papel na construção de memórias testemunhais advém da obra de Michael Pollak(1989) que destaca a presença de processos de submissão e de tentativas de dominação e de apagamentos moldando diferentes versões das memórias – as subalternas e as memórias oficiais e dominantes - o que nos aponta para a devida atenção aos silenciamentos, apagamentos. Esta premissa nos leva também à consciência da dimensão conflitiva presente na história de vida que não pode ser desconsiderada no processo da pesquisa histórica e, que, uma vez preocupada em promover memórias subalternas e contestar memórias dominantes sobre a Ditadura civil-militar brasileira – assume a existência da relação subjetiva entre o sujeito e sua memória – alertando para o fato de que o que é lembrado e o que se quer esquecer responde a contextos e necessidades marcadas pelo tempo presente e suas demandas, limites ou imposições.

Considerando essa importante dimensão da memória social optamos por trazer o testemunho das experiências de vida relatadas nas entrevistas como uma experiência individual e social consciente, produzida a partir de um exercício epistêmico do sujeito que ao realizar o testemunho tem o direito de externar - a partir de seus valores, suas perdas, seus projetos, sofrimento, suas dificuldades, etc. - o testemunho daquilo que ele considera uma violação ou uma violência perpetrada pelo Estado e/ou pela empresa em relação a ele mesmo e/ou ao seu grupo social e à sua família.

Os testemunhos, para além de apontar disputas pela memória acerca do período investigado, nos forneceram informações efetivas que puderam ser checadas com a ampla documentação escrita coletada ao longo do trabalho. Apresentamos aqui as violações testemunhadas pelos diferentes grupos de colaboradores: Os testemunhos das violações de direitos de trabalhadores dentro do complexo empresarial Cobrasma/Braseixos; Os testemunhos da violação do direito de greve e de direitos políticos de atuação sindical; e, os testemunhos das violências psicológicas e seus danos entre os colaboradores.

### **Memórias Resistentes**

Com objetivos de dar visibilidade aos testemunhos apresentamos aqui os colaboradores da pesquisa e em seguida apresentamos uma tipificação das violações que foram relatadas nos testemunhos recolhidos.



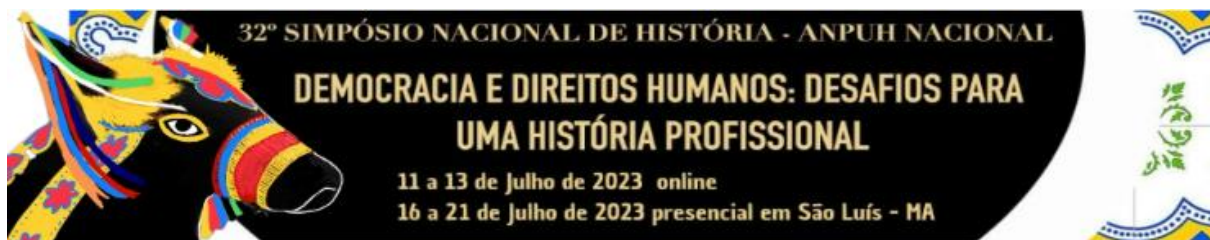
José Pedro da Silva, ex-operário da Cobrasma e da Brown Boveri testemunhou sobre sua trajetória dentro dessas fábricas e a consequência por participar do movimento operário e sindical durante a Ditadura Militar. Contou sua experiência na Greve na Brown Boveri, da sua prisão em 1978 e, como teve dificuldades para arrumar emprego após isso, visto que seu nome estava em uma lista suja na cidade. Testemunha a frequente presença de militares e policiais no comando e segurança dentro das fábricas de Osasco. Relembra a invasão do sindicato dos metalúrgicos e a prisão dos sindicalistas na greve de 1968.

Cláudio de Camargo Crê, conhecido como Magrão, compartilha sua história como funcionário da Cobrasma na década de 70, além de seu período como Diretor e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da região em 1978. Contou sobre a demissão de seu irmão Gilberto Crê na Braseixos após a Greve de 1968 e externou sua percepção da repressão do período ditatorial testemunhando a presença constante da polícia militar nos movimentos grevistas acionada pelos grupos empresariais na cidade de Osasco. Narrou a estratégia de participar da CIPA como forma de ter certa proteção no emprego pelo fato de ser um ativista sindical.

O professor universitário, ator, escritor e ex-trabalhador do grupo Cobrasma/Braseixos) – Ricardo Dias - testemunha o momento em que foi intimado (dentro da fábrica) a comparecer ao quartel de Quitauína. Jovem ator do teatro amador em Osasco, também trabalhava na Braseixos, local em que foi obrigado a receber o agente militar que o convocou a depor para dar explicações sobre sua atuação teatral em peça considerada subversiva pelas forças militares. Ricardo Dias testemunhou a infiltração de agentes de forças repressivas para espionagem de trabalhadores no complexo Cobrasma/Braseixos, testemunhou o medo de ser seguido e vigiados pelas forças repressivas após seu comparecimento ao quartel e a existência de listas sujas produzidas pelas empresas.

O ex-metalúrgico João Joaquim da Silva, narrou sua participação na Greve de 1968 em Osasco, onde vivia e trabalhava. Testemunhou fatos sobre a invasão da fábrica Cobrasma pelas forças repressivas, a prisão de Zequinha Barreto, histórias das lutas populares nos bairros operários e sua história de vida na periferia da cidade.

Entrevista dos irmãos Aylton Cesar Grizi Oliva e Caio Cesar Grizi Oliva testemunham suas experiências familiares com a repressão política empreendida contra seu pai falecido, o advogado Dr. Albertino Oliva – da Frente Nacional do Trabalho e ex-funcionário da empresa Cobrasma. Os irmãos relatam experiências do pai, o Dr. Albertino, como trabalhador do



departamento de recursos humanos da Cobrasma e depois como advogado da Frente Nacional do Trabalho. Relatam as seis prisões do pai durante 1964 e 1981, diante de sua atuação na defesa jurídica dos participantes da Greve de 1968, dentre outras.

José Apolinário, ex-operário da Cobrasma e diretor sindical do Sindmetal à época da Greve de 1968. Relata sua experiência na greve de 1968 em Osasco, testemunhando sua cassação como diretor sindical, sua prisão na sede do sindicato, sua estada no DOPS e as torturas psicológicas que sofreu com a finalidade de que entregasse o paradeiro de José Ibraim. Traz a informação de que a empresa infiltrava policiais dentro da fábrica para vigiar trabalhadores e aponta também listas sujas dentro da Cobrasma.

O metalúrgico aposentado Nelson Lira contou-nos sua história de soldador na Cobrasma durante o início dos anos de 1960, tratou da ausência do adicional de insalubridade na empresa, a precariedade e periculosidade do trabalho. Testemunhou acerca de acidentes de trabalho no setor de soldagem; narrou o fato de que operários tinham suas fichas e fotos enviadas ao DOPS antes da contratação confirmando a existência de listas sujas; e narrou o episódio de demissão coletiva de 16 soldados que solicitaram aumento salarial ao diretor do setor, segundo ele um capitão do exército. Nelson testemunhou a dificuldade de conseguir emprego em Osasco após o episódio da demissão coletiva e a necessidade de trabalhar em outras cidades e longe do local de moradia.

Roque Aparecido da Silva testemunhou sobre sua participação política no movimento estudantil, no Sindicato e na greve da Cobrasma em 1968. Narrou sua prisão, os episódios das torturas que vivenciou e também das torturas que testemunhou ao longo da ditadura militar.

Abigail Silva esposa de João Joaquim testemunha sobre sua vida com o marido que demitido da Cobrasma após a Greve de 1968 entrou em uma espiral de dificuldades econômicas e financeiras. Como familiar, Abigail narrou o medo que sentiu durante os eventos da greve de 1968, quando João Joaquim ficou escondido e distante da família, incomunicável, tentando se esquivar da repressão. Narrou a necessidade de mudar da cidade para fugir de perseguições políticas e das listas sujas; a precária situação financeira em que se viu com seus filhos devido os impedimentos de empregabilidade de João Joaquim.

Marlene dos Santos Groff conta sobre suas experiências durante a greve na Cobrasma na cidade de Osasco, testemunha o como que as prisões afetaram a vida das famílias dos operários e narra a prisão e perseguições ao seu marido José Groff.



## **Violação de direitos trabalhistas**

Apresentaremos, a seguir, um resumo das violações de direitos trabalhistas encontradas nos testemunhos de nossos colaboradores : experiências de adoecimento por doenças profissionais com múltiplos casos de surdez profissional; irregularidades na estrutura física e no uso de equipamentos de segurança como vários casos de não uso de EPIs; acidentes de trabalho em geral ; não cumprimento de legislação trabalhista em geral, com processos por ausência de adicional insalubridade; autos de infração e multas por ruído excessivo, não pagamento de férias, e outros direitos ; e até, morte por acidente de trabalho.

José Pedro da Silva, ex-operário da Cobrasma e da Brown Boveri testemunhou sobre sua trajetória dentro dessas fábricas e a consequência por participar do movimento operário durante a Ditadura Militar. Contou sua experiência na Greve na Brown Boveri, da sua prisão em 1978 e como teve dificuldades para arrumar emprego após isso, visto que seu nome estava na Lista Negra. Conta também sobre a frequente presença de militares e policiais comandando a segurança dentro das fábricas de Osasco.

## **Controle social e perseguição política aos trabalhadores**

A confecção de “listas sujas” com dados pessoais de trabalhadores e indicação de lideranças grevistas e/ou sindicais, enviadas a órgãos de repressão e produzidas pela empresa Cobrasma, está comprovada testemunhalmente por nossa pesquisa.

Outra forma de colaboração com organismos repressores e de controle político de trabalhadores foi identificada na forma de delação de ativistas operários à polícia (sem registro em papel), fato denunciado em diversos depoimentos e testemunhos de trabalhadores, sindicalistas e familiares. Estes indícios de colaboração entre diretores do complexo empresarial Cobrasma/Braseixos e a ditadura militar apontam para a entrega de nomes e informações de lideranças a serem aprisionadas ou investigadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>12</sup>. Nos baseamos em testemunhos coletados pela Comissão

---

<sup>12</sup> No manual "No coração das trevas", organizado por Maria Aparecida de Aquino, apresenta-se ( na p. 19) uma sequência de todos os nomes da instituição, desde 1924. De 1945 a 1975, chamava-se "Departamento de Ordem Política e Social", com a sigla DOPS. A partir de 30/9/75, passou a ser Departamento Estadual de Ordem Política e Social, DEOPS. Portanto, o órgão foi extinto com o nome "DEOPS" mas funcionou nos anos 1960 como DOPS. Assim, quando formos nos referir a documentos do Acervo do Arquivo Estadual de São Paulo chamaremos "acervo do DEOPS". Neste texto, o mais preciso seria dizer que as relações foram remetidas ao DOPS, pois assim se chamava na época. AQUINO, Maria Aparecida de. "No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro". In: AQUINO, Maria Aparecida de. (org) Dossiês DEOPS/SP: radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. Volume 1. Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial: São Paulo, 2001.



Municipal da Verdade de Osasco (CMVO)<sup>13</sup> e no testemunhos produzidos pela História Oral no contexto desta pesquisa em particular. Em depoimento dado à CMVO o ex-diretor-presidente da Cobrasma, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, chegou a admitir ter colaborado com a polícia para distinguir tipos diferenciados de grevistas (qualificando negativamente determinados grevistas) dos demais. Em seu depoimento esclarece ter colaborado com a “caracterização” de grevistas diante de uma lista produzida e apresentada por agentes repressivos no episódio da Greve de 1968 em Osasco.

Outro tipo de “listas sujas”, compartilhadas entre empresas, contendo nome de grevistas, lideranças sindicais e trabalhadores “indesejáveis” foi documentada por nós através dos testemunhos orais, assim como seus efeitos cruéis para a vida dos trabalhadores e suas famílias. A circulação de listas de trabalhadores indesejados entre as indústrias de Osasco, e a participação da Cobrasma nesse sistema, foram largamente confirmadas em testemunhos e, apesar de não terem sido obtidas fisicamente no escopo desta pesquisa - devido ao caráter privado, informal e sigiloso de sua existência - denotam seus efeitos práticos e atentatórios aos direitos humanos e direitos em geral. Em resumo, afirmamos que suas vítimas eram marcadas como “indesejáveis” e daí em diante privadas da possibilidade do emprego, ficando desprovidas dos recursos essenciais para existência digna para si e sua família; obrigadas a arcar com os custos materiais de uma virtual expulsão do território (da cidade ou bairro) em que estavam inseridas - sendo forçadas a lidar com as dores emocionais do rompimento de laços com familiares e vizinhos e com o sofrimento psicológico decorrente da pecha de “trabalhadores subversivos”.

Cabe, ainda, apontar um outro tipo de colaboração com a polícia política por meio de listas: trata-se de extensas relações de candidatos às vagas de emprego na Cobrasma, remetidas ao DOPS, a fim de excluir aqueles com antecedentes de militância política, sindical ou de outro tipo. Obtivemos registros, depoimentos e testemunhos orais que apontam a Cobrasma como tomadora de informações junto ao órgão - visando evitar a contratação de pessoas com “passado repreensível”. Embora os episódios documentados sejam anteriores ao

---

<sup>13</sup> A CMVO foi instituída pela Lei nº 4.650, de 14 de agosto de 2014, de autoria da vereadora Mazé Favarão, para contribuir com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, na apuração das violações de direitos humanos ocorridas na cidade de Osasco durante o período da ditadura militar entre 1964 a 1985. Funcionou entre 2014 e 2015, ano em que apresentou publicamente seu relatório final documentando as violações investigadas.



período da ditadura de 1964-85, é de se acreditar que as práticas tenham se mantido constantes.

### **Colaboração da segurança interna da empresa com órgãos de repressão para a vigilância e repressão dos empregados**

A pesquisa encontrou sinais de formas de vigilância e controle, que foram documentadas nos arquivos policiais em circunstâncias de conflito industrial/demanda de repressão à greve, entre outras situações. A violação de direitos individuais foi testemunhada oralmente - como a autorização por parte da empresa para revista nos armários privados de operários - foi um tipo recorrente de violação encontrada denotando colaboração entre a segurança interna da empresa, forças policiais e organismos repressores.

Para além disto, a vigilância constante de atividades dos operários nas fábricas da Cobrasma e Braseixos implicou na infiltração de agentes de forças policiais e órgãos de repressão no corpo funcional das empresas, sendo testemunhada a infiltração de agente do DOPS/SP como empregado entre os operários.

Identificamos um tipo de colaboração entre a Cobrasma e órgão repressivos que resultou, no mínimo, em contratações que poderíamos colocar sob forte suspeição: revelamos, mediante obtenção de ficha cadastral de trabalho no acervo do Departamento de Recursos Humanos da empresa, a contratação de notório médico agente da repressão, regularmente presente em sessões de tortura no DOPS como médico do trabalho na Cobrasma.

Os múltiplos testemunhos evidenciam o funcionamento de um arranjo no qual os limites entre o sistema policial-militar e as funções empresariais produtivas e administrativas foram violados, configurando-se um dispositivo de controle social e repressão política eficaz e de difícil superação dada a fragilidade da condição da mão de obra diante da estrutura imposta.

### **Criminalização da greve de 1968 como justificativa para uso de violência e repressão política**

Na trajetória da pesquisa, seguimos a hipótese de que a criminalização da Greve de Osasco de 1968 e, em particular, do episódio de ocupação da fábrica Cobrasma, configuraram um ato consciente de construção de narrativa que imputou à greve um caráter de



atividade política subversiva descolada do contexto da luta por direitos do trabalho e de salário<sup>14</sup>.

Em ação conjunta, dirigentes da Cobrasma/Braseixos se aliaram aos agentes da ditadura (Delegado Regional do Trabalho, Secretário de Segurança Pública, Ministro do Trabalho, entre outros) com a finalidade de caracterizar a greve como “subversiva”, ratificando que a origem da greve era desconhecida pela maioria de seus participantes (desprezando-se as condições salariais do ano de 1968) e que, portanto, foi dominada por agentes subversivos com intencionalidades políticas de desestabilização social e governamental. Foi flagrante a participação das empresas da cidade de Osasco para a incriminação dos operários e sindicalistas grevistas na Lei de Segurança Nacional e, sem dúvida, o pontapé inicial foi dado a partir do ato de desocupação da Cobrasma pelas forças policiais e militares. Dois dias após o início da greve, em 18/07/1968, a Cobrasma e Braseixos comunicaram formalmente ao DOPS uma lista que denominava 16 operários envolvidos na greve. A empresa acusou ocupantes grevistas da fábrica de fazerem reféns entre os trabalhadores administrativos e o movimento acabou sendo descrito como uma greve ilegal de ocupação violenta da fábrica com detenção criminosa de reféns, versão esta contestada à época por autoridades como o cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o ministro do Superior Tribunal Militar, Pery Bevilacqua e pelo movimento sindical em geral.

O ato de criminalização da greve se tipifica como um ato em si de violação dos direitos do trabalho e dos direitos políticos, na medida em que a colaboração de dirigentes da

---

<sup>14</sup> Referenciamos bibliografia sobre a Greve de 1968: MIRANDA, Orlando. Os obscuros heróis de Capricórnio: contribuição à memória brasileira. São Paulo: Global Editora, 1987.; MOURA, Alessandro. Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC Paulista: rupturas e continuidades. Tese de Doutorado. Unesp Marília. Faculdade de Filosofia e Ciência, 2015; RIZEK, Cibele Saliba. Osasco 1968: a experiência de um movimento. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC, 1988; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A greve no masculino e no feminino (Osasco, 1968). São Paulo: Letra e Voz, 2014. WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968. Cadernos Cebrap, n. 5, 1972. WERNER, Helena Pignatari. Raízes do movimento operário em Osasco. São Paulo: Cortez, 1981; CHOTIL, Mazé Torquato. José Ibrahim: o líder da primeira grande greve que afrontou a ditadura. São Paulo: Alameda, 2018; ESPINOSA, Roberto. Abraços que sufocam: e outros ensaios sobre a liberdade. São Paulo: Viramundo, 2000.



Cobrasma/Braseixos com organismos repressivos da ditadura se sobressai na greve de 1968, sendo amplamente documentada pela imprensa e por órgãos de repressão como o próprio Deops/SP.

Exemplificamos casos encontrados por nossa pesquisa:

A repressão brutal aos trabalhadores, aos apoiadores e lideranças, leva às últimas consequências a afirmação do General Ernesto Geisel em reunião do Alto-Comando Militar, em 1968: “Osasco é o Vietnã brasileiro.”

Trabalhadores e seus familiares testemunham que a Cobrasma e a cidade de Osasco foram ocupadas pela força militar, centenas de trabalhadores foram presos e, entre estes, muitos torturados. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e região sofreu intervenção e invasão militar. Trabalhadores foram demitidos sumariamente e perseguidos politicamente. O General Gaya (delegado regional do Trabalho, membro do GEC- Grupo Especial de Conjuntura do IPES) declarou que as indústrias dispensariam todos aqueles que fossem considerados líderes da greve e que a Cobrasma não pagaria os trabalhadores do turno da manhã pelos dias de greve, por considerá-los responsáveis pela greve.

João Joaquim da Silva e sua esposa Abigail, foram taxativos quanto às dificuldades encontradas após a greve. João Joaquim, que tinha chegado ao cargo de inspetor de qualidade na Cobrasma, elite do operariado, com nome marcado, teve que buscar emprego em pequenas indústrias, distantes de Osasco e sem ligação ou informações do complexo repressivo. Foram mais de dez anos de dificuldades, com crianças pequenas, mudanças constantes e moradias precárias.

Aspectos dessa colaboração decorreram em violações e prejuízos de múltiplas naturezas aos trabalhadores grevistas e sindicalistas. A narrativa de criminalização ao movimento social grevista acaba por justificar sua repressão violenta, e a partir desta criminalização constatamos que o suporte dado pelos dirigentes da Cobrasma/Braseixos aos atos repressivos contra greve se materializam primeiramente em: (1) denúncia de nomes e fornecimento de informações das lideranças à repressão; (2) colaboração da empresa com a invasão da fábrica pelas forças policiais e militares; (3) incentivo à prisão em massa que dali decorre (documentação aponta para centenas de presos).

### **Demissão de grevistas**

Segundo depoimentos eram comuns as demissões de operários por participação em movimentos de reivindicação trabalhista desde antes do estabelecimento do governo militar.



Apuramos que ocorreram 40 demissões por participação na greve, com pagamento das indenizações, segundo informações constantes de ofício redigido pelo advogado da Frente Nacional do Trabalho, Mário Carvalho de Jesus, ao Delegado Regional do Trabalho e análise de processos trabalhistas no Ministério do Trabalho.

### **Considerações finais**

No processo da pesquisa “ Empresas e Ditaduras: O Caso Cobrasma na repressão à trabalhadores na ditadura militar.1964-1985” nos preocupamos com a dimensão pública da memória e seu papel fundamental na construção da história do tempo presente na curta duração de nossa transição democrática. Optamos pelo trabalho com HO a partir da ideia de que - o tema da violação de direitos de trabalhadores (e seus familiares) em empresas cúmplices e/ou mantenedoras de aparatos de violação de direitos - é uma forte marca de nosso passado comum ditatorial responsável por impor atitudes e ações silenciadoras em suas tentativas de esquecimento ou apagamento da história da violência institucional na ditadura empresarial-militar.

Deste modo, a HO é um instrumento de memória coletiva, um ato em si de Memória. Justiça e Verdade, a ser propagado em âmbito social como forma de combate ao apagamento, silenciamento na manipulação do passado violento. Trata-se na verdade de atribuir uma verdadeira dimensão pública à história – história pública – com a perspectiva de reparar as violências perpetradas. Concomitantemente a este fato, se o silenciamento e o esquecimento é um verdadeiro ato pensado como forma de ocultamento e manipulação da história recente, o ato da escuta e da abertura do espaço para a voz de cada sujeito violentado é o seu possível antídoto. Trata-se aqui da dimensão dos sujeitos subsumidos ou excluídos da história oficial que ao terem sua escuta garantida e potencializada acabam por participar de um processo de reparação da memória e de estabelecimento da verdade histórica.

Cumpra assim, a HO o papel de construir e reconstruir a memória coletiva, combater apagamentos e esquecimentos da história, reparar injustiças e restabelecer a verdade em processos de Justiça de transição, abrindo espaço de escuta para sujeitos vitimados e sujeitos coletivos (sindicatos, movimentos sociais, organizações).

### **Referências**

AQUINO, Maria Aparecida de. (org) **Dossiês DEOPS/SP: radiografias do autoritarismo republicano brasileiro**. Volume 1. Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial: São Paulo, 2001.



DREYFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe B. HOLANDA; HOLANDA, B. Fabíola. **História Oral: Como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2010.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências, um estudo do caso brasileiro.** São Paulo: Humanitas, 2006.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, pág. 3-15, 1989.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *El Potencial Epistemológico de la Historia Oral: de la Lógica instrumental a la descolonización de la Historia.* In: **Teoria Crítica dos Direitos Humanos no Século XXI.** Org. Alejandro Rosilo Martinez. Rio Grande do Sul, EDIPUCRS, 2008.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica.** Brasília: UNB, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral.** 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.